

Descongela, já!

Projeto que pede a devolução dos tempos confiscados na pandemia chega ao plenário da Câmara. Vamos pressionar pela aprovação

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 143/2020 – conhecido como “Descongela, já!” – finalmente chegou ao plenário da Câmara Federal para votação. Com a aprovação do pedido de urgência, em 14/7/2025, isso pode ocorrer a qualquer momento.

O PLP 143/2020 restituiu ao funcionalismo público a contagem dos tempos para fins de aquisição de benefícios como quinquênio, sexta-parte e licença prêmio, congelados durante 583 dias na pandemia de Covid-19. Na época, por meio da aprovação da Lei Complementar (LC) 173/2020, o governo Bolsonaro embutiu um ataque perverso ao funcionalismo no pacote que, supostamente, serviria para auxiliar estados e municípios durante a pandemia. A “granada”, como se vangloriou o então ministro da Economia, Paulo Guedes, congelou os tempos aquisitivos e proibiu reajustes salariais e contratações de 28/5/2020 a 31/12/2021, um enorme prejuízo para milhões de servidores e servidoras. Quem trabalhou duramente durante a



pandemia, sob condições ainda mais adversas, teve como “prêmio” a perda de um longo período de sua trajetória funcional.

Desde então, sindicatos do funcionalismo de todo o país, dentre eles os do Fórum das Seis, seguiram pressionando pela revogação do confisco, inclusive judicialmente, mas sem avanços, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a questão e decidiu pela constitucionalidade da LC 173. A luta passou a ser, então, pela aprovação de uma lei que garantisse a devolução dos tempos.

Em março de 2022, o Congresso Nacional aprovou a LC 191, restituindo

a contagem do período para os servidores das áreas da saúde e da segurança pública. Nas universidades estaduais, a lei alcançou parte do pessoal diretamente envolvido com a saúde.

A pressão prosseguiu, até culminar na chegada do PLP 143/2020 ao plenário da Câmara, que traz apensados cerca de 30 projetos com teor semelhante.

Vamos pressionar

Dada a possibilidade de votação do PLP 143/2020 a qualquer momento, a forma mais rápida e possível de pressionar pela aprovação (são necessários 257 votos) é enviar *e-mails* e mensagens nas redes sociais dos parlamentares.

A deputada federal Luciene Calvalcanti, autora de um dos projetos apensados (PLP 21/2023), organizou a lista dos deputados e das deputadas federais em formato que permite envio de *e-mails* rapidamente.

Acesse

<https://tinyurl.com/PressaoDescongela>

e envie sua mensagem.

Retoma o diálogo, Cruesp!

Abaixo-assinado pela continuidade das negociações da data-base vai até 15/8

Se você ainda não assinou, o prazo foi estendido até 15/8. Estamos reivindicando ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) a retomada do diálogo e das negociações no âmbito da data-base 2025, bem como o efetivo funcionamento dos grupos de trabalho (GT) sobre Permanência Estudantil e Previdência. No caso do primeiro GT, o objetivo é construir uma política única de gratuidade ativa nas três universidades estaduais paulistas; no outro, a meta é realizar um diagnóstico do comportamento das aposentadorias a partir das seguidas reformas previdenciárias e debater os problemas relacionados.

Para assinar, entre em

<https://forms.gle/CtpKX5tUfZmUZyxt5>



LDO 2026: Texto final devolve a expressão “no mínimo”, mas não altera índice de repasse às universidades

Renúncia fiscal deve alcançar R\$ 78,7 bilhões do ICMS no próximo ano

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2026). A votação, realizada no dia 1º/7, referendou o relatório final da Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP) para o projeto de lei (PL) 412/2025, enviado à casa pelo governo Tarcísio de Freitas.

Após apresentar propostas de emendas ao projeto, o Fórum das Seis abordou deputados e deputadas de oposição e da base governista para falar da necessidade de mais recursos para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza. As emendas foram subscritas por parlamentares de oposição ao governo Tarcísio, do PT, PSOL, PCdoB e Rede, mas nenhuma foi acatada. O único avanço foi a devolução da expressão “no mínimo” antes dos 9,57% da quota-parte do estado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE) destinados às universidades estaduais paulistas.

A receita total projetada para 2026 é de cerca de 388,4 bilhões, 4% acima do previsto em 2025. As renúncias fiscais – isenção de impostos que o governo garante a alguns setores e empresas – devem chegar a R\$ 78,7 bilhões no ICMS, aumento de 19% em relação ao previsto para 2025. É dinheiro que deixa de ser investido nos serviços públicos, em claro prejuízo à população.



Reforma tributária

Dentre as emendas apresentadas pelo Fórum das Seis à LDO 2026, uma era novidade em relação às defendidas nos anos anteriores. Ela estabelecia os valores dos orçamentos das universidades estaduais para 2026 em no mínimo 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) do estado.

A proposta levou em conta o fato de que, com a reforma tributária em curso, o ICMS será gradualmente extinto, tornando necessário repensar a base de cálculo dos repasses destinados às universidades estaduais. Para chegar a ela, o GT Verbas da Adusp/Fórum das Seis fez uma análise histórica do período entre 2012 e 2022, concluindo que o ICMS-QPE corresponde, em média, a 86,38% da RTL do estado. A adoção da RTL como nova base de cálculo permitirá que os repasses às universidades

acompanhem de forma mais precisa a arrecadação efetiva, ajustando-se automaticamente às variações fiscais.

Embora a emenda não tenha sido aprovada, a proposição do Fórum cumpriu o papel de fomentar o debate sobre as mudanças que virão com a transição para o novo modelo tributário, que substituirá o ICMS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) progressivamente até 2033. A definição do que ocorrerá com os

recursos das universidades dependerá de negociações com o governo Tarcísio de Freitas, que não esconde seu descontentamento com a autonomia das estaduais paulistas, e com os/as parlamentares da Alesp. A comunidade acadêmica precisa estar atenta e pronta para se mobilizar em defesa da garantia de financiamento adequado.

Nesse sentido, o Fórum das Seis vem cobrando uma postura mais ativa dos reitores. Ofício enviado ao presidente do Cruesp, o reitor da Unicamp Paulo Cesar Montagner, no dia 30/6, requer a instalação o quanto antes do grupo de trabalho (GT) sobre os impactos da reforma tributária no financiamento da educação superior em São Paulo, conforme proposta apresentada pelos técnicos do Cruesp ao Fórum em reunião no dia 26 de junho.

Nota de pesar do Fórum: Acidente deixa cinco mortos em ônibus com estudantes da UFPA

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) – manifesta profundo pesar com o grave acidente envolvendo uma carreta e um ônibus com estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), na madrugada de 16/7/2025. Eles estavam a caminho de Goiânia, onde participariam do 60º Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE).

As informações iniciais apontam cinco mortos, entre eles os motoristas do ônibus e da carreta, e os estudantes Welfesom Campos Alves e Leandro Souza Dias, militantes da UJR e da Unidade Popular, e Ana Letícia Araújo Cordeiro, estudante da UFPA.

Neste momento de dor, o Fórum das Seis solidariza-se com familiares e amigos, na certeza de que sua dor é imensurável, e deseja pleno restabelecimento aos feridos. Reafirmamos nosso compromisso com o legado deixado por eles, de luta em defesa da educação pública e de uma sociedade justa para todos e todas.